

"FAMÍLIA DE OLHOS": O COTIDIANO URBANO, A MORAL DO TRABALHO E O CONTROLE SOCIAL EM UBERABA (1945-1964)

*Rosimar Alves Querino**

Resumo: Entre as décadas de 1940 e 1960 a cidade de Uberaba/MG vivenciou transformações significativas no seu espaço urbano. Neste artigo nossa preocupação central foi com a identificação dos diversos olhares lançados sobre os pobres e mendigos e as propostas de intervenção e "atendimento" desta população. As fontes principais do estudo - o Código de Posturas e os artigos do jornal *Lavoura e Comércio* - foram analisadas a partir de uma revisão bibliográfica centrada no valor positivo do trabalho, na moral dos pobres e no controle social como elementos fundantes do espaço urbano capitalista. A análise foi organizada em três partes. Na primeira, recuperamos o valor positivo do trabalho e a constituição da sociedade capitalista. Na segunda, ainda que brevemente, indicamos a importância do trabalho na discussão da questão social brasileira e, por último, retomamos algumas faces da questão social em Uberaba dando especial destaque à representação social da pobreza e aos tipos de intervenções propostas.

Palavras-chave: questão social, pobreza, Uberaba

Plantado diante de nós, na calçada, um bravo homem dos seus quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, trazia pela mão um menino e no outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. (...) Todos em farrapos. Estes três rostos eram extraordinariamente sérios e os seis olhos contemplavam fixamente o novo café com idêntica admiração, mas diversamente nuançada pela idade.

Charles Baudelaire
Olhos dos Pobres (*Pequenos Poemas em Prosa*)

1 - A POSITIVIDADE DO TRABALHO E A SOCIEDADE CAPITALISTA

Nesta análise partimos de um conceito-chave da Sociologia: o valor positivo do trabalho. No que consiste tal valor?

* Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – campus de Aracaguara e docente da Universidade de Uberaba.

O conceito foi amplamente utilizado pelas Ciências Humanas para indicar a moral atribuída ao trabalho humano que forneceu solo fértil para o desenvolvimento e funcionamento do capitalismo. Deste modo, resgatar a moralidade do trabalho é, em última instância, referir-se às práticas capitalistas de controle social dos trabalhadores e dos indivíduos que se localizavam fora do trabalho – mendigos, ladrões, prostitutas.

A positividade do trabalho recebeu contribuições de diferentes esferas, entre elas podemos citar a religiosa e a doutrina liberal. O inglês John Locke (1979) é considerado um dos principais defensores do valor positivo do trabalho porque em sua obra-prima "Segundo tratado sobre o governo civil" localizou a propriedade como um dos fundamentos do Estado liberal.

O quinto capítulo de sua obra, "Da propriedade privada", sintetiza a formulação do valor positivo do trabalho. Para ele, cada homem nasce proprietário de seu corpo e dotado de razão e, através do seu trabalho, constrói propriedades privadas que deverão ser protegidas pelo Estado. Deste modo, a propriedade privada originada do trabalho gera a desigualdade social mas leva o indivíduo proprietário a constituir o Estado (Locke, 1979).

Na leitura de Bresciani (1994), Locke legitima a constituição da sociedade por partes desiguais e a obrigatoriedade do trabalho:

Por só possuírem a propriedade do seu corpo, todos os homens dessa classe [classe proletária] estão obrigados a trabalhar; a vadiagem e o desemprego não têm, nessa sociedade, justificativa econômica, mas se deve à degradação moral, em outras palavras, ao relaxamento da disciplina e à corrupção dos costumes. (Bresciani, 1994, p. 85)

Quanto à contribuição da religião, no estudo "A ética protestante e o espírito do capitalismo" o sociólogo alemão Max Weber demonstrou a contribuição da ética protestante – mais especificamente do Puritanismo – para o desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, a exegese protestante apresentava o trabalho como um valor positivo uma vez que o mesmo era um modo de louvar ao Senhor. Por sua vez, o crente que dedica todo o seu tempo ao trabalho e, conseqüentemente, ao louvor, não deveria esbanjar ou viver do consumo e do gozo das coisas mundanas. Portanto, a decorrência lógica desta atitude seria o reinvestimento do lucro obtido, postura condizente com o capitalismo.

A importância deste estudo está na demonstração de que uma ética religiosa colaborou para o desenvolvimento de posturas racionalizadas características do capitalismo, ou seja, a religião desenvolveu nos crentes as posturas e práticas necessárias à formação de um mercado de trabalhadores assalariados que abandonassem o "espírito tradicionalista" segundo o qual era necessário trabalhar o suficiente para saciar as necessidades imediatas.

Por sua vez, a contribuição original do historiador Edward Thompson (1988) no livro "A formação da classe operária inglesa" repousa na análise do próprio fazer-se da classe operária, ou seja, em sua obra a classe operária não é tomada como agente passivo da história, mas como sujeito transformador que adequou-se

e aderiu aos valores capitalistas mas, ao mesmo tempo, criou diferentes formas de resistência.

Todo o segundo volume – A maldição de Adão – é dedicado à apreensão dos mecanismos para implantação da disciplina do trabalho e a utilização das éticas religiosas. Segundo ele, no Metodismo

Havia três meios óbvios para conservar a graça. Em primeiro lugar, através do serviço da Igreja, como líder de classe, pregador local ou no desempenho de tarefas mais humildes. Em segundo lugar, mediante o cultivo da própria alma, através de exercícios religiosos, entonação de salmos e, principalmente, esforços em reduzir a perturbações emocionais da conversão, a convicção do pecado, a penitência e o recebimento pela graça... (Thompson, 1988, p. 243)

Estes dois aspectos citados por Thompson referem-se especificamente às posturas do crente em relação às convicções religiosas e sua reprodução no cotidiano do crente. É, pois o último aspecto apresentado pelo autor que nos interessa mais detidamente. Nele, o autor recupera “a disciplina metódica em todos os aspectos da vida. E, acima de tudo, através do próprio trabalho (...) realizado sem fins ulteriores, mas como um ‘puro ato de virtude’” (Thompson, 1988, p. 243).

Diferente de Max Weber, Thompson não se restringiu à indicação do funcionamento das convicções religiosas, mas, levantou elementos sociais e históricos capazes de explicar como tais convicções se disseminaram tanto entre as camadas médias quanto entre as camadas populares. Segundo ele, o Metodismo tornou-se útil para a divulgação da disciplina do trabalho e seu sucesso atrelou-se a três ordens de fatores: “a doutrinação direta, o sentido comunitário do metodismo e as consequências psíquicas da contra-revolução” (Thompson, 1988, p. 255).

No caso da doutrinação, as escolas dominicais evangélicas faziam a pregação e divulgavam recreações produtivas como “partir lenha, cavar ... posto que os jogos e brincadeiras eram ‘indignos de uma criança cristã’” (Thompson, 1988, p. 256). Estes são alguns dos fatores que levam Thompson a afirmar que o *Metodismo atuava como uma ideologia do trabalho desumano* mas, ao mesmo tempo, assumia um caráter comunitário

por manter abertas as portas de suas capelas, ofereceu de fato aos desamparados e desarraigados pela Revolução Industrial uma espécie de comunidade que substituiu os antigos padrões comunitários suplantados. (Thompson, 1988, p. 261)

O último aspecto retomado por Thompson refere-se especificamente ao contexto de contra-revolução que grassava pela Inglaterra e que, segundo ele, colaborou sobremaneira para a rápida expansão do Metodismo.

Para nossa análise nos interessa particularmente os aspectos sociais e a organização da vida comunitária que, como bem analisou Thompson (1988), enraizou-se no valor positivo do trabalho e na extensão da disciplina fabril à todos os

aspectos da vida, do trabalhador. A vida comunitária possibilitou um enraizamento para aqueles expropriados, mas garantiu a elaboração de mecanismos de controle social eficientes para os fins dos capitalistas. Após a completa destruição dos laços tradicionais e de seus modos de vida os trabalhadores e demais homens pobres se viram tangidos para o trabalho como forma de re-enraizamento.

O preço pago para sua nova inserção social foi a submissão e aceitação de novos padrões de comportamento que, oriundos da burguesia se universalizaram por toda a sociedade (Decca, 1998).

Karl Marx (1975), no seu capítulo XXIV de O Capital, "*Da assim chamada acumulação primitiva*", recupera as bases do desenvolvimento capitalista dando destaque para os processos de expropriação dos camponeses e dos artesãos, os cercamentos das florestas de caça e das terras comuns que selaram os destinos destes sujeitos: a venda de sua força de trabalho no mercado.

Para Karl Marx (1975), o desenvolvimento das éticas religiosas foi apenas um dos aspectos do processo de acumulação primitiva. A acumulação efetivou-se com *terrorismo implacável*:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por circunstâncias. (Marx, 1975, p. 851)

Temos de um lado o processo que forma homens, mulheres e crianças aptos para o trabalho disciplinar e, de outro, a (de)formação de homens que dedicam-se aos vícios e fogem da moralidade do trabalho. No caso dos trabalhadores fazia-se necessária a criação de mecanismos que assegurassem a disciplina e o controle e, para os segundos, foram elaboradas "leis sanguíneas contra a vadiagem".

A legislação contra a vadiagem analisada por Marx é aquela surgida na Europa ao longo do final do século XV até o XVI. A Inglaterra de Henrique VIII representa um marco na geração desta legislação. Entre os principais elementos desta legislação podemos citar: "Henrique VIII, lei de 1530 – Mendigos e velhos incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados" (Marx, 1975, p. 851)

Tal lei previa ainda que os vagabundos seriam obrigados a trabalhar para a comunidade de origem. Caso houvesse reincidência no crime de vadiagem, "além da flagelação, metade da orelha será cortada; na segunda, o culpado será enforcado como criminoso irreversível e inimigo da comunidade" (Marx, 1975, p. 852).

No reinado de Eduardo VI uma lei de 1547 determinava que

se alguém se recusa a trabalhar, será condenado como escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio (...) Tem [seu dono] o direito de

forçá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, flagelando-o e pondo-o a ferros. (Marx, 1975, p. 852)

Tal lei permite ainda que o escravo seja enforcado caso tente algo contra seu senhor, que os filhos dos vagabundos sejam tomados como aprendizes – moças até 20 anos e rapazes até 24 anos. No caso dos indigentes, a comunidade poderia empregá-los caso *as pessoas tenham intenção de lhes dar de comer e de beber e de arranjar-lhes trabalho*.¹

Em 1572, Elizabeth determina que se ninguém quiser tomá-los a serviço, “os mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro, (...) em caso de reincidência serão enforcados ...” (Marx, 1975, p. 852-3).

No reinado de Jaime I, os juizes de paz definiriam o encarceramento e as chicotadas a serem aplicadas àqueles que *perambulem e mendiguem*. Tais leis enquadraram a “população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem (...) por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura” (Marx, 1975, p. 854).

A análise marxista do processo de acumulação primitiva é fundamental para a compreensão do espetáculo da pobreza que se desenrolou nas cidades-símbolos da modernidade. Maria Stella Bresciani (1994) no livro “Londres e Paris no século XIX” descreve as condições de vida dos trabalhadores londrinos e parisienses atendo para o fato de que a revolução industrial produziu a multidão: uma realidade caótica e fervilhante.

Na leitura e análise das obras produzidas neste período, Bresciani (1994) afirma que os médicos, administradores, literatos e investigadores sociais tiveram uma grande surpresa:

O espanto e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável. Espanto, indignação, fascínio, medo: são reações diferenciadas apontando para estratégias de identificação bastante solidárias a uma intenção de controle dessa presença desconcertante. (Bresciani, 1994, p. 9)

As epidemias, a criminalidade, a mendicância e a “degradação moral” são apontadas como principais problemas da modernidade e, na maioria dos relatos, são associadas à pobreza. O pobre é descrito como fonte de degradação e corrupção moral e representa diferentes ameaças para a sociedade capitalista. No caso dos trabalhadores a ameaça reside na luta por melhores condições de vida, de trabalho e, em última instância, na tentativa de participação política. Já os vagabundos e demais integrantes do *lumpen* proletariado, ameaçam a sociedade fundada na positividade do trabalho por se negarem ao trabalho e por representarem um ônus social.

¹ Tais empregados da comunidade, segundo Marx, existiram até o século XIX e eram chamados de rondantes (roudsmen). Cf. Marx, p. 852.

A Inglaterra assumiu duas posturas diferenciadas para o tratamento da pobreza e da vadiagem. Os pobres trabalhadores deveriam ser incluídos na sociedade com base na universalização dos valores burgueses. Quanto aos vagabundos,

a Nova Lei dos Pobres de 1834 mantém o princípio de auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido. Todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses), cujo sistema de organização também é modificado. (Bresciani, 1994, p. 100)

A Nova Lei considerava que o "auxílio aos pobres era tão pernicioso quanto os sindicatos e regulamentos fabris". O pensamento que guiou sua formulação foi a tentativa de "tornar a pobreza rentável eliminando o ônus financeiro da caridade" (Bresciani, 1994, p. 100). Para os capitalistas ingleses estava claro que a inserção do homem pobre no mundo moderno ocorreria através do portão da fábrica ou seja, com a venda de sua força de trabalho. No entanto, esta inserção não garantiria a participação política dos mesmos. No caso dos vagabundos e demais membros do *lumpen*, sua única saída era aceitar a disciplina do trabalho.

Mas, não devemos acreditar que a disciplina dos corpos e o controle social se efetivavam somente na fábrica e no horário de trabalho. Os estudos do francês Michel Foucault (1999) demonstraram que a sociedade do controle e da disciplina dos corpos absorvia todos os espaços da vida cotidiana. Em sua obra "As verdades e as formas jurídicas" o autor propõe uma adivinhação:

Apresentarei o regulamento de uma instituição que realmente existiu nos anos 1840/45 na França... Darei o regulamento sem dizer se é uma fábrica, uma prisão, um hospital psiquiátrico, um convento, uma escola, um quartel; é preciso adivinhar de que instituição se trata. (Foucault, 1999, p. 108)

O resultado é surpreendente:

No fundo a questão não tem importância, pois poderia ser indiferentemente qualquer uma: uma instituição para homens ou para mulheres, para jovens ou para adultos, uma prisão, um internato, uma escola ou uma casa de correção. ... Na verdade, era simplesmente uma fábrica. Uma fábrica de mulheres que existia na região do Ródano e que comportava quatrocentas operárias. (Foucault, 1999, p. 109)

A contribuição do autor é fundamental para a análise do controle e da disciplinarização dos diferentes personagens da sociedade capitalista. Segundo ele, o olhar panóptico e os mecanismos para a efetivação da ortopedia social – principalmente as instituições – eram extensos aos diferentes sujeitos e, por isso, a descrição da fábrica francesa se aproximar tanto do funcionamento de um hospital, de uma escola, de um quartel ou de outra instituição qualquer.

Parece-nos evidente que a análise da questão social em Uberaba requer a consideração dos mecanismos de controle social gerados pelas diversas instituições sociais e efetivadas através das intervenções junto aos pobres trabalhadores, crianças e adolescentes, enfermos e mendigos.

O tratamento da questão social e o controle da pobreza e dos pobres implementados pelos ingleses e franceses nas primeiras décadas do capitalismo influenciaram capitalistas no mundo todo e, por isso, não é difícil compreender as primeiras medidas para o tratamento da questão social no Brasil apresentada a seguir.

II – A MODERNIZAÇÃO E A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu com quase um século de atraso em relação à sociedade européia. Entre os descompassos para nosso ingresso no mundo moderno podemos citar a predominância do trabalho escravo até fins do século XIX, o patriarcalismo, a inversão da ordem pública e da ordem privada e a concentração fundiária que compõem o que Sérgio Buarque de Holanda apropriadamente chamou de nossa herança rural. Para Holanda, a Abolição da Escravatura foi um marco divisório entre duas épocas: um mundo agrário organizado pela família patriarcal e com base no trabalho escravo e um mundo urbano fascinado pela idéia de modernização (Holanda, 1975).

Mas, esta idéia de modernização esbarrava na agudez da questão social: éramos, já no início da República, uma sociedade excludente. A contrapartida para o problema da exclusão social era o controle e a violência. A questão social era vista na Primeira República como questão de polícia.

A predominância da repressão nas relações entre o estado e a sociedade é analisada por Thomas Holloway (1997) quando recupera o papel assumido pela polícia do Rio de Janeiro. Segundo ele,

a hostilidade, o antagonismo e, a violência recíproca entre a polícia e o público, continuavam profundamente arraigados e constituíam a regra. O grosso da atividade policial nas rondas e a esmagadora maioria das prisões tinham ainda como objetivo prevenir ou punir violações sem vítima da ordem pública. (Holloway, 1997, p. 213)

Holloway faz uma cuidadosa análise sobre o Calabouço, “local de detenção e disciplina patrocinado pelo Estado” para punir escravos desordeiros e fujões, e conclui que com o fim da escravidão, as instituições que forneciam respaldo à servidão fundiram-se com as “suas congêneres surgidas no decorrer do século XIX” (Holloway, 1997, p. 214).

Ficamos ainda mais perplexos ao associar as conclusões de Sérgio Buarque às de Holloway. Não só persistia uma dura herança rural como também as instituições e os mecanismos para que o estado e as classes dominantes controlassem a população excluída. Velhas instituições e dispositivos receberam novas roupagens:

Nas esferas econômica, legal e judicial não houve rupturas bruscas com o passado. No início do século, a polícia funcionava como extensão sancionada pelo Estado, do domínio da classe proprietária sobre as pessoas que lhe pertenciam. A polícia cresceu acostumada a tratar os escravos e as classes inferiores livres de maneira semelhante, e, com a diminuição gradativa do número de escravos na população após meados do século [XIX], as atitudes e práticas do sistema de repressão foram aos poucos sendo transferidas para as classes inferiores não-escravas – e perduram. (Holloway, 1994, p. 215)

Deste modo, podemos afirmar que o ingresso do Brasil no mundo moderno articulou o progresso econômico com as desigualdades e, para tanto, serviu-se do controle social. O pensamento dualista prevaleceu nos pensadores brasileiros que opunham o mundo tradicional, arcaico e bárbaro ao país moderno, capitalista e urbanizado. Cada Brasil correspondia a um integrante da sociedade. O Brasil arcaico era aquele no qual vegetava grande parte da população:

pescadores, seringueiros, agregados, vaqueiros, assalariados rurais, matutos, jagunços, cangaceiros, fanáticos, capangas, pequenos artifícios ... entregues à própria miséria e alheamento do mundo. (Ianni, s.d., p. 5)

O Brasil moderno era o da elite que importava os modismos europeus: vestia-se acompanhando a moda, circulava pelos *boulevards*, cumprimentava-se em inglês ou francês e desprezava qualquer tipo de manifestação da cultura popular. O fortalecimento deste dualismo deu-se com a onda de epidemias que dizimava milhares de moradores e que, segundo o estado e as elites, originavam-se entre os pobres.

Segundo Nicolau Sevcenko (2000), a capital federal da República – o Rio de Janeiro – foi considerada como *túmulo de estrangeiros* uma vez que era *foco de várias endemias, tuberculose, varíola, febre amarela* e, como já dissemos, os culpados por esta degradação, na opinião da elite e do estado brasileiro, eram os pobres:

Sobretudo, escravos, seus descendentes e convivas, representavam um foco de cultura considerada "bárbara", com seus tambores, danças sensuais, rituais e festas pagãs, capoeiragens e mandingas. Tudo isso depunha contra a imagem de modernidade à européia. (Sevcenko, 2000, p. 60)

Ao resgatar a intervenção das elites sobre o espaço urbano e os moradores do Rio de Janeiro e São Paulo, Margareth Rago constrói o conceito de cidade disciplinar ou seja, a urbanização ocorreu sob o signo da exclusão social e da higienização social. Entre os momentos fundamentais desta modernização no final do século XIX e início do XX, podemos citar a remoção dos cortiços do centro da cidade, a formação das primeiras favelas, a construção das grandes avenidas, a vacinação da população visando o controle das epidemias e a formação dos bairros operários para abrigar os trabalhadores.

Naquele momento, o valor positivo do trabalho adquiriu lugar estratégico na organização da sociedade brasileira uma vez que no centro das atenções estava a construção de uma sociedade capaz de controlar a vida dos trabalhadores dentro e fora do chão de fábrica. A habitação popular é discutida por médicos-sanitaristas, engenheiros e arquitetos e visava a construção de um lar confortável capaz de afastar o trabalhador dos vícios dos cabarés e botequins.

Octávio Ianni no seu texto “A questão social” nos convida à reflexão sobre os diferentes momentos da questão social e afirma que seu entendimento pode colaborar não só para a superação dos problemas e limites do pensamento social brasileiro mas, também, para a elaboração de propostas mais eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais. Para o autor,

a história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, compreendendo a oligárquica, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. (Ianni, s.d., p. 1)

Segundo o autor, mesmo durante a vigência do trabalho escravo existia uma questão social no Brasil, uma vez que o escravo era despojado do produto de seu trabalho e de sua própria pessoa. Contudo, o advento da República transformou a questão social num tema inegável. Embora as elites brasileiras procurassem criminalizá-la, o desenvolvimento dos sindicatos e partidos voltados para a classe operária e a pressão que representavam colocaram os códigos, a legislação trabalhista e demais garantias na ordem do dia ou seja, a repressão não seria suficiente, era necessário o diálogo e a negociação entre os diferentes sujeitos sociais.

Para Vera Telles (2001), a criminalização da questão social predominou na República Oligárquica mas, em 1930, as relações mantidas entre o Estado e a sociedade se alteraram significativamente uma vez que

o Estado irá atribuir estatuto civil a uma gente que só encontrava lugar nas relações de favor e estava sujeita à arbitrariedade sem limites do mando patronal. Esse estatuto civil será definido pelo trabalho, como dever cívico e obrigação moral perante a Nação. Com isso, é certo, o Estado Getulista conferiu ao trabalho uma dignidade que era recusada por uma sociedade recém-saída da escravidão. (Telles, 2001, p. 47)

Quanto ao trabalho, Ianni afirma que se desenvolveu ao longo das nossas diferentes repúblicas uma louvação ao trabalho e uma pedagogia do trabalho. No que consistem tais temas?

A louvação do trabalho no início da República deveu-se à necessidade de “libertar a força de trabalho e o trabalhador do estigma criado por séculos de escravismo” (Telles, 2001, p. 8). Em seguida a louvação persistiu devido à neces-

cidade de tornar o trabalho elemento "indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da Nação (...) Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho, como atividade dignificante. Trata-se de combater a preguiça, leseira, tristeza, luxúria". (Telles, 2001, p. 8)

O tratamento da questão social no período por nós estudado – democracia populista - ora se apresenta como caridade ora como assistencialismo. Tal fato revela um problema de maior relevância uma vez que ambas posturas indicam uma redução do "cidadão" à condição de objeto de caridade – de indivíduos ou instituições privadas - ou de assistência pública. Como bem lembrou Ianni, a questão social recebe definições contraditórias e múltiplas:

Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar o trabalho e o capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, tomada de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. (Ianni, s.d., p. 4)

Deste modo, parece-nos evidente a importância do trabalho para a definição das políticas sociais e a construção da assistência social e, por isso, as leituras sobre a questão social e o trabalho foram fundamentais para o entendimento das diversas faces da questão social em Uberaba. A seguir, recuperaremos o tratamento dado aos pobres – e à pobreza – identificando os mecanismos utilizados para o controle social da pobreza.

III – AS FACES DA QUESTÃO SOCIAL EM UBERABA

Nossa aproximação com a questão social em Uberaba entre as décadas de 1940 e 1960 ocorreu com base em dois tipos de fontes: artigos do jornal *Lavoura e Comércio* e o Código de Posturas promulgado na década de 1940 - ainda em vigor. Do ponto de vista metodológico, é necessário fazermos alguns esclarecimentos ao leitor. No trabalho com as fontes primárias o pesquisador deve ter clareza de que nenhuma fonte é neutra, seja ela oral ou escrita. Esta discussão é clássica nas Ciências Humanas mas foi reacesa com a utilização das fontes orais. É como se a coleta de relatos e a elaboração de histórias de vida tivessem colocado ao pesquisador um novo/velho dilema. Ao discutir as potencialidades e as barreiras originadas pelo trabalho com as fontes orais, o historiador Michell Pollack (1992) forneceu uma contribuição significativa para a compreensão do problema gerado pelo trabalho com fontes documentais. Segundo ele,

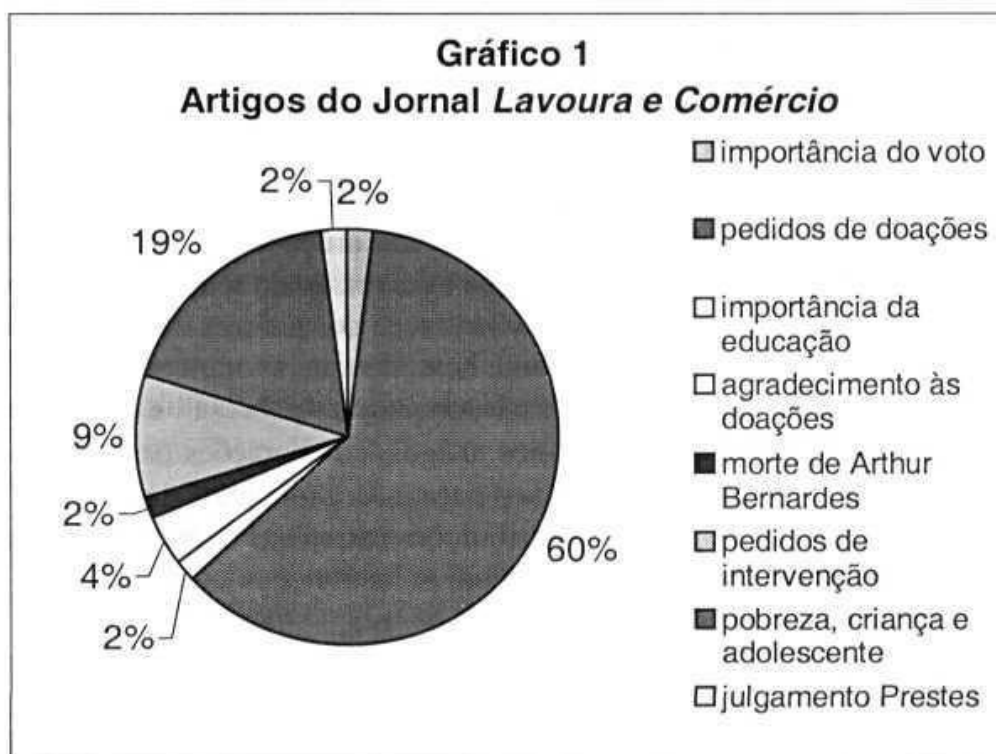
a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta... (Pollack, 1992, p. 207-8)

Considerando a crítica ao dado como um preceito fundamental na produção do conhecimento, devemos assinalar desde já que a leitura que fizemos do *Jornal Lavoura e Comércio*² possibilitou-nos a aproximação com a realidade social uberabense nos anos de 1940, 1950 e 1960 mas não o consideramos como uma fonte neutra. O jornal apresenta ao leitor um determinado olhar sobre a realidade e este, por sua vez, contém diferentes lentes. Cada artigo é um convite para que pensemos a realidade social a partir da visão e da versão do seu escritor. Contudo, neste artigo, não procuramos analisar a vinculação dos autores dos artigos com o jogo político de Uberaba, mas tão somente entender quais foram os filtros utilizados para descrever os seguintes temas: descrição da “pobreza” e dos “pobres”, conceito de assistência predominante nos artigos, colaborações para instituições sociais indicadas no Jornal, propostas para a organização das instituições assistenciais e regulamentação das contribuições (doações) e, por último, indicações do relacionamento entre o poder público, as instituições assistenciais e a polícia para *efetivação de um controle social dos pobres*.

Os artigos analisados foram publicados entre janeiro de 1937 e janeiro de 1959.³ Perfazem o total de 58 notícias assim distribuídas: uma sobre a importância do voto, 33 pedidos de doações às instituições e pessoas pobres, uma destaca a importância da educação, duas agradecem doações recebidas, uma divulga a morte do presidente Artur da Silva Bernardes, cinco solicitam intervenção do Estado na questão da pobreza sugerindo desde isenção de impostos até ação policial, 10 retratam a pobreza e, mais especificamente, a condição da criança e do adolescente e, por fim, uma comenta o julgamento de Luiz Carlos Prestes. O gráfico elaborado com base nesta distribuição é bastante elucidativo. Vejamos:

² O jornal possui uma longa trajetória uma vez que foi fundado em 06/07/1899 mas, dadas as especificidades do recorte estabelecido, não nos preocuparemos com a análise da relação do jornal com os grupos econômicos e políticos do período. Raul Jardim em entrevista afirmou que o jornal foi criado por *Um grupo formado por 14 fazendeiros com o objetivo de protestarem contra o imposto territorial e rural abusivo da época*. (Cf. Entrevista com Raul Jardim arquivada na Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 2 p. mimeog.)

³ Como o levantamento dos jornais foi realizado no Arquivo Público Municipal, e a coleção doada para o Arquivo está incompleta, o período de 07/1937 e 10/1957 não foi analisado. Para o levantamento destes anos começaremos o levantamento junto ao acervo do próprio jornal.



A maioria esmagadora dos artigos (60%) apresentava “pedidos de doações” para instituições ou para pobres. Sob este tema sistematizamos os pedidos voltados às instituições assistenciais religiosas, às instituições mantidas por ilustres membros da sociedade uberabense e, por último, os atos de benemerência mais pontuais como almoços em datas significativas como o natal. O apelo sentimentalista das notícias, bem como a constante divulgação dos beneméritos colaboradores, merece uma atenção especial uma vez que se localiza num pólo inverso da politização. Neste sentido, é esclarecedor o fato de só um artigo voltar-se para a discussão da importância do voto e somente um recuperar o valor da educação.

A temática da pobreza e da condição da criança e do adolescente agrega o segundo maior número de artigos coletados. O significado deste fato reside na prioridade conferida ao atendimento desta camada da população que, sem intervenção e apoio institucional, poderia “seguir uma vida de vícios e crimes” uma vez que a rua possuía “verdadeiros mestres do crime e da degradação moral.”⁴

Nosso esforço interpretativo centra-se na análise destes temas. Para tanto, os artigos jornalísticos foram lidos de modo a indicar elementos do cotidiano da camada mais pobre da população e demonstram não só como eram vistos – e julgados – mas a configuração da questão social em Uberaba destes anos. Buscaremos construir o que Marilena Chauí (1998) apropriadamente chamou de “história a

⁴ Mendicância: um problema que se agrava em Uberaba. *Lavoura e Comércio* 15 set. 1958, p.01.

contra pêlo” ou seja, o cotidiano dos excluídos da história e que não figuram entre os nomes memoráveis da cidade.⁵

A conjuntura econômica e política de Uberaba nos anos de 1940 e 1950 ainda está por ser elaborada. Deste modo, os indicadores apresentados abaixo objetivam tão somente situar o leitor na realidade social do período. Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Uberaba perfazia um total de 69.434 habitantes assim distribuídos:

	HOMENS	MULHERES	Total Geral %
Sede	19.622	22.859	61, 19%
Vila Água Comprida	144	130	0,39%
Quadro Rural	14.126	12.553	38,42%
Total Geral	33.892	35.542	100%

Fonte: IBGE, 1959.⁶

Com a elevação de Água Comprida à condição de município pela Lei nº 1.039 de 12/12/1953, o contingente rural diminuiu e o total da população urbana em Uberaba chegou a 70%. Segundo o IBGE,

esse fato coloca o município entre os de menor contingente relativo de população rural em Minas Gerais, o mesmo se refletindo na distribuição da população ativa, segundo os ramos de atividades, em que os ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura, nitidamente rurais, figuram com menos de 20%. (IBGE, 1959, p. 396)

Estes elementos indicam que o fenômeno urbano em Uberaba dos anos de 1940, 1950 e 1960 adquiriu especial relevância. A dinâmica espacial local é contrária a dos outros municípios cuja concentração humana era no espaço rural. Os problemas vivenciados na cidade para a absorção deste contingente populacional merece atenção.

Estes dados levantados pelo censo do IBGE colaboram sobremaneira para a compreensão do seguinte artigo:

Agrava-se dia a dia, nesta cidade, o problema da mendicância. O número de pedintes cresce a maneira assombrosa, dando-nos às vezes a impressão de que o centro urbano de Uberaba transformou-se em um autêntico “pátio de milagres”! Aleijados, anciãos, débeis mentais, etc, povoam as nossas ruas – e de modo especial às quintas e aos sábados – de manhã à noite. (Mendicância, 1958, p. 1)

⁵ Chauí, Marilena. Introdução ao livro de DECA, Edgard (1998).

⁶ Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. RJ, 1959. Vol. Municípios do Estado de Minas Gerais.

O pátio de milagres apresentado no artigo era composto por homens, crianças, adolescentes, mulheres e enfermos que buscavam na caridade meios de sobrevivência. Para entendê-lo é necessário captar as especificidades locais.

A dinâmica local é tão *sui generis* que Uberaba foi um dos municípios mineiros com maior índice de produtividade agrícola com apenas 5% de sua área total sendo cultivada, "e a causa está na grande expansão da pecuária, com o vultoso rebanho bovino, cujas pastagens cobrem vastas extensões de território" (Mendicância, 1958, p. 396).

Dado o caráter preliminar deste artigo, os diversos censos de Uberaba não foram ainda levantados e, por isso, não apresentamos ao leitor uma conjuntura econômica do período. Deste modo, pelos limites de nossos dados, nos preocuparemos a seguir com a descrição dos pobres, o problema do menor e as intervenções propostas.

A DESCRIÇÃO DOS POBRES

A importância do tratamento do pobre e da pobreza entre as décadas de 1930 e 1960 reside no fato de que o Estado brasileiro procurava responder à questão social despolitizando a sociedade ou seja, ao invés de cidadãos participando da vida política através de associações, sindicatos ou partidos, tínhamos o fortalecimento das práticas paternalistas e clientelísticas. Tal fato contribui sobremaneira para que entendamos as desventuras da democracia em solo nacional: os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais alternavam-se ou eram suprimidos conforme a condução do jogo político.

Deste modo, não devemos nos assustar por saber que a assistência social era tida como ajuda residual que, implementada a partir de práticas paternalistas e clientelísticas, tratava das necessidades imediatas dos usuários sem alterar a estrutura geradora dos problemas sociais. Vale lembrar que até 1953 o ensino de Serviço Social foi ministrado em regime de "Escola Livre" em todo o país ou seja, a profissionalização da assistência social e o reconhecimento do Serviço Social como curso superior pelo Ministério da Educação só ocorreu em 20/10/1955.⁷ Podemos então compreender porque era comum nos artigos do "Lavoura" a reclamação da falta de sistematização e organização da assistência social.

Deste modo, a análise da descrição da pobreza possibilita uma aproximação com o tratamento da questão social em Uberaba e seu tratamento de modo individualista e residual. Pretendemos apontar elementos que ajudem o leitor a

⁷ Em 1946 na capital mineira, Padre Agnaldo Leal (vigário da Igreja de Santo Antonio e um dos coordenadores da Ação Católica de Belo Horizonte) dedicou vários esforços para o envio de moças da Juventude Católica para a Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. Este trabalho culminou na criação da Escola de Serviço Social de Minas Gerais em 17/07/1946. Tal dado adquire especial relevância porque nos ajuda a entender a não profissionalização da assistência social até este período. Barbosa, Maria Margarida. História do curso de Serviço Social. Disponível em <www.pucmg.br> Acesso em 20/01/2001.

perceber que a questão social converteu-se em assistência social ou, de modo mais geral, em problemas oriundos da degradação moral dos indivíduos.

Um artigo de março de 1937, apresenta uma reflexão interessante sobre os descompassos entre o progresso material e a qualidade de vida da população uberabense. Nele o autor reflete sobre o “sentido material da civilização” e afirma que Uberaba ainda não havia conciliado a pujança econômica com o sentido moral e social:

Fundamos, por exemplo, um banco com o capital de mil contos, em seis meses. Mas levamos 15 torturantes anos a construir um hospital de caridade e esse tem um funcionamento claudicamente insuficiente. Calçamos mais de 5 quilômetros de ruas da cidade e permitimos que nos subúrbios, nas ruas distanciadas, velhos e crianças estourem de fome, à mingua de qualquer socorro caridoso ... Por ultimo, porém, temos o absoluto desinteresse de Uberaba, pelos grandes problemas de assistência publica e social. (A mendicância em Uberaba, 1937, p. 1)

Não só o modo de referir-se à pobreza era semelhante como também se repetiam as perspectivas apresentadas para a população pobre. O tom determinista dos artigos recupera, em certo sentido, a idéia de eugenia. Como não dispomos de estatísticas sobre as ocupações profissionais e o número de desempregados, é difícil precisar o volume de mendigos que perambulavam pelas ruas da cidade. O fato é que alguns artigos são contundentes em afirmar o crescimento da miséria. Vejamos trechos de um artigo publicado em janeiro de 1959:

Uberaba atravessa, novamente, um período de evidente proliferação da mendicância, o que é óbvio, não recomenda a nossa cidade no conceito das outras comuns.

As ruas centrais, em certos dias da semana, assemelham-se a um verdadeiro pátio de milagres, com as suas dolorosas exposições de miséria, de enfermidades e também de vadiagem, porque no meio dos realmente *necessitados*, que só contam com a generosidade pública para prover a sua subsistência, há os falsos mendigos, fisicamente aptos para uma atividade útil, entretanto evadidos do trabalho por indolência, e defeituosa formação moral.

O ponto de partida, entretanto, deverá ser a identificação, pelas autoridades policiais, dos verdadeiros necessitados. (Mendicância, 1959, p. 1) (grifos nossos)

Aquela classificação da multidão entre homem pobre e vagabundo, verificada em Londres e Paris no século XIX, reaparece neste artigo. O homem digno de receber assistência é aquele que foi *visitado pela má sorte* mas é considerado homem honesto. Já os vagabundos e mendigos que dispunham de condições físicas para o trabalho fugiam da disciplina pela indolência e pela degradação moral. Para estes últimos nada melhor do que uma intervenção enérgica que evitasse que os generosos e caridosos munícipes não fossem ludibriados.

O PROBLEMA DO "MENOR"

O fumo e a bosta de cavalo postos na ferida umbilical foram os mesmos para todos; os que escaparam e os que morreram do mal de sete dias. A boneca de pano velho e marmelada foi chupada por todos os meninos de Minas. ... Os mesmos registros de santos enchendo as paredes para impedir os mesmos demônios e os mesmos avantesmas das noites de Minas.

Pedro Nava

Como demonstramos no Gráfico 1, o tema da pobreza envolvendo crianças e adolescentes, é o segundo maior número de notícias publicadas. Neste momento retomaremos alguns dos artigos que sintetizam a representação desta parcela da população destacando sua especificidade em relação aos adultos, mendigos ou enfermos.

No sábado de 13 de fevereiro de 1937, um extenso artigo na primeira página do jornal apresenta o tema dos "menores abandonados". A ênfase é dada ao aumento dos menores abandonados e, também, à inexistência de um estabelecimento em que esses "menores vadios ou abandonados" possam receber instrução e educação, uma vez que considera a prisão por "peraltices" ou deslizes de maior ou de menor importância uma ação repressiva e preventiva anulada em face da "clamorosa falha da assistência social", que não organiza este estabelecimento. Diante da detectada falta de organização da assistência social no município, o autor propõe que o problema seja enfrentado com iniciativas generosas:

O que temos a fazer, nesse caso é procurar dentro dos *nossos próprios recursos*, com apoio da *generosidade popular* que nunca falhou em iniciativas desse caráter, um meio de resolver, sem mais demora, esse problema tão impressionante ... (Os menores abandonados de Uberaba, 1937, p. 1) (grifos nossos)

O artigo apresenta o seguinte dilema:

Si recebem esmolas, estão se preparando para uma vida de vadiagem. Si não as recebem, estão se transformando em revoltados que, mais tarde, tanto mal podem fazer à sociedade que imprevidentemente deixou de cuidar de sua educação e de seu aproveitamento, em tempo oportuno. (Os menores abandonados de Uberaba, 1937, p. 1)

Como podemos verificar na fala acima transcrita, os caminhos abertos para os "menores" não eram tantos: ele poderia encaminhar-se para o mundo do crime e rebelar-se contra a sociedade ou, se ajudado em tempo, inserir-se seguindo os preceitos adotados pela sociedade do trabalho.

Dando sequência à discussão da "questão do menor delinqüente", George de Chirée Jardim (1937) – membro do D.V. da Sociedade Brasileira de Criminologia – aborda o problema criminal e conclui que, embora o tema tenha sido muito debatido, ainda não havia surtido resultados satisfatórios. Em suas palavras:

A repressão criminal, se é que assim pode chamar a correção de maus atos praticados por menores, no que se refere aos menores de 16 anos, é pois uma questão de educação, um problema educacional e não uma ação de competência policial.

Um país que não educa seus meninos, que não possui um sistema correcional eficiente para seus menores, não tem direito de possuir um código criminal para adultos, porque a conduta destes nada mais é que resultado de uma infância mal educada, mal orientada, dentro de uma sociedade displicente de seus mais sérios problemas. (O problema criminal dos menores, 1937, p. 1)

No artigo sobre o sentido material da civilização, anteriormente citado, especial atenção foi dada à condição das crianças e adolescentes:

As ruas da cidade estão atestadinhas de menores, de todas as idades, fazendo uma bárbara e cruel aprendizagem com todos os vícios da grande cidade. Meninos e meninas das mais variadas idades perambulam diariamente estendendo as mãozinhas sujas à caridade publica, implorando um auxílio muitas vezes destinado apenas a alimentar vícios de pais madraços. Essas crianças si atendidas em seus pedidos estarão se acostumando a uma vida de inatividade. Si desatendidas, estarão adquirindo um vírus perigoso, que pode no futuro, causar os piores males à coletividade: a revolta. (O sentido material de nossa civilização, 1937, p. 1)

Ao estudar a condição da infância pobre no Brasil e a elaboração de um aparato legal para o seu tratamento, Alvarez (1997, p. 98) recupera as raízes históricas desta preocupação:

A maior presença de crianças e adolescentes pobres na cena urbana, além de renovar a preocupação com a necessidade de assistência aos abandonados, traz uma nova preocupação compatível com o temor cada vez maior das elites em relação ao crescimento urbano acelerado - a preocupação referente ao aumento da criminalidade precoce.

Paulo Egídio, senador e jurista paulistano do fim do século XIX, foi uma das principais referências para o estudo de Alvarez. Para Egídio, a *vagabundagem infantil* poderia levar à delinquência precoce:

Vemos pelas ruas mais centrais da cidade inúmeras crianças vagando à toa mendigando aos transeuntes, crianças, aliás, dotadas de robustez física, indicada por sinais que revelam uma boa constituição psicológica, mas que, entretanto, coladas em um meio deletério, habituadas à vida minguada da terra donde partiram, acreditando que neste país a vida absolutamente nada custa, vivem à toa, à procura de seu destino, como se neste país como em todos os países fosse possível a conquista da vida por outra lei que não a *lei do trabalho*. (Egídio, 1893, apud Alvarez, 1997, p. 99) (grifos nossos)

A intervenção do Estado sobre os “menores” demonstrava a falência da separação entre o espaço público e o espaço privado. Aliás, a ação pública sobre os

menores se justificava pela degradação moral na qual se encontravam as famílias pobres. Entre as intervenções propostas podemos destacar: a internação das crianças, a perda do pátrio poder e as orientações médico-sanitárias no ambiente privado.

Perguntamos: qual diferença existe entre os artigos publicados no *Lavoura e Comércio* na década de 1930 e 1950 e o conteúdo do discurso do senador paulista no final do século XIX?

Como o leitor pode perceber, não existem diferenças substanciais. Em ambos a representação do menor e o tratamento da delinquência pregam a necessidade de intervenção dos poderes públicos sobre as famílias desregradas incapazes de prover o sustento material e moral de seus menores. O artigo do senhor George de Chirée Jardim é o único que relaciona o problema da delinquência com a educação. Sua posição pode ser considerada extremamente avançada para a época.

De modo mais geral, as descrições estão "contaminadas" pelo Código de Menores de 1927 no qual os menores absorviam as atenções porque poderiam delinquir e ameaçar a sociedade ou seja, não são as crianças e os adolescentes protegidos mas a sociedade protegida dos mesmos.⁸

AS INTERVENÇÕES PROPOSTAS

Neste momento, recuperamos algumas intervenções na questão social destacando: as propostas para o atendimento das crianças, as manifestações de grupos religiosos, a benemerência das elites e, por último, a proposta de intervenção policial.

Quanto ao atendimento das crianças e adolescentes, importante retomar o papel do Hospital da Criança, uma das instituições mais antigas do município. Não foram poucas as vezes em que sua diretoria foi a público solicitar o auxílio da comunidade para a continuidade de seu funcionamento. Selecionamos este artigo de 1958 para recuperar o tipo de apelo feito à comunidade:

A ação assistencial da importante entidade se desenvolve principalmente no meio de uma população marginal empobrecida, torturada pelas preocupações e pelo desconforto.

É nos redutos da miséria que ela recruta seus protegidos, os meninos enfermos que são conduzidos aos seus ambulatórios e povoam as suas enfermarias. (Auxiliemos o Hospital da Criança, 1958, p. 1)

Como podemos perceber, a importância da instituição residia no atendimento dos mais desvalidos moradores da cidade, àqueles recrutados nos redutos da miséria que, fora da assistência, dificilmente teriam como medicar-se e voltar ao

⁸ O Código que prevaleceu até 1990 quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado. No ECA os adolescentes e crianças são tomados como sujeitos portadores de direitos, prioridade absoluta e responsabilidade da família, do Estado e da sociedade.

lar *saudáveis e felizes*. Mas, outro fato merece destaque. A condução do artigo nos leva a visão de que se não fosse a assistência e auxílio prestado pelo Hospital essa população “talvez estivesse mergulhada no mar do desencantamento e da revolta, tão duros são os seus esforços para viver e tão pouco compensadores os resultados”. (Auxiliemos o Hospital da Criança, 1958, p. 1)

A eloquência desta passagem reside em recuperar a constituição da assistência como um paliativo que, embora insuficiente para a solução dos problemas, poderia gerar um clima de tranquilidade e de controle da ameaça para a sociedade. Ao assistir as crianças enfermas oriundas dos redutos da miséria esta instituição não fazia apenas um trabalho caritativo mas uma ação necessária para a manutenção da ordem social ou seja, a segurança da elite também era garantida.

No artigo de 1959 sobre o aumento da mendicância em Uberaba, anteriormente citado, é dada especial atenção ao tema do menor uma vez que, segundo o artigo,

o aspecto mais grave do problema está na mendicância infantil, com bandos de crianças maltrapilhas, num crescendo assustador, palmilhando os logradouros locais de manhã até a noite. (...)

Alguns já se revelam precocemente corrompidos e com manifesta inclinação para o furto. A sua maneira de agir requer medidas especiais.

Não se trata de punir, mas de encontrar *as causas determinantes do desajustamento social do menor e de removê-las*. E isso se conseguiria através de criteriosas investigações e com colaboração de elementos conhecedores da psicologia infantil. (Mendicância, 1959, p. 1) (grifos nossos)

Mais uma vez percebemos a proposta de uma ortopedia social capaz de formar uma boa índole e ajustar os menores precocemente corrompidos ao convívio social. Segundo Foucault (1997), a ortopedia social operacionalizada pelo panoptismo visa abarcar todas as instituições e instâncias sociais e é por isso mesmo que o controle se generaliza:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (Foucault, 1997, p. 145)

Os grupos dominantes acreditavam serem estes problemas de cunho moral e, portanto, propunham a solução destes problemas sociais com uma intervenção domesticadora que disseminasse o valor positivo do trabalho.

No caso das intervenções de grupos religiosos, na nossa pesquisa observamos que as atividades programadas e propostas pela Igreja assinalavam a recompensa divina aos que se dedicassem aos pobres. O artigo abaixo é bastante elucidativo:

Asilo de Santo Antônio”

Apelo aos corações generosos – Devotos de Santo Antônio não se esqueçam dos 70 pobres que estão internados no asilo a espera de cobertores e outros agasalhos de urgente necessidade.

Deus que é bom, vos dará a recompensa de tudo, e a Ele pediremos pelos Benfeitores. **A Direção.** (Asilo de Santo Antonio, 1958, p. 1)

No caso das Instituições Filantrópicas, o discurso acentuava o apelo ao dever cívico da sociedade em ajudar os menos afortunados, para não serem obrigados à assistir o "espetáculo da pobreza". O artigo transcrito abaixo é um convite da direção da Instituição para que todos os médicos de Uberaba indicassem um colega para

assumir o encargo de organizar os serviços clínicos e técnicos desse estabelecimento de caridade de Uberaba.(...)

Essa indicação deverá ser feita sob as seguintes condições:

- escrever em uma cédula, manuscrita ou datilografada, o nome do candidato;
- encerrar essa cédula em envelope em branco, fechado;
- encerrar esse envelope em outro envelope maior, no qual escreverá o seguinte:

Diretoria da Santa Casa de Misericórdia. Indicação para chefe do serviço clínico. Esse envelope deverá ser assinado pelo remetente. (Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, 1937, p. 1)⁹

A atuação das elites junto à questão social era bastante tópica. Encontramos vários artigos que demonstravam os "belos gestos" de cidadãos uberabenses. Geralmente, o teor do artigo ou a simples divulgação de um ato de bondade realizado, encaminhavam-se para o enaltecimento da atitude e o convite para que outros cidadãos seguissem "tão nobre exemplo". O artigo intitulado Os lindos gestos de caridade fala da doação à instituições filantrópicas da cidade e apresenta os elementos por nós apontados:

O distinto doador de sangue, Sr. Américo Louzada Junior, oficial da secretaria da Prefeitura do município, após o gesto, determina que a quantia de 100\$, que lhe competia pela doação, fosse distribuída em partes iguais, entre a Santa Casa de Misericórdia e a Casa da Criança". Essa quantia acha-se à disposição dos tesoureiros daquelas instituições de caridade, em poder do Sr. Dr. Cacildo Rodrigues da Cunha, diretor do Serviço de Transfusão de sangue de Uberaba.

O senhor Delfino Gomes, importante fazendeiro neste município, entregou a esta redação a quantia de 200\$ para ser distribuída igualmente entre as seguintes Casas de caridade: Asilo São Vicente, Asilo Santo Antônio, Casa da Criança e Santa Casa de Misericórdia.

Essas importâncias estão à disposição dos respectivos diretores daquelas instituições filantrópicas nesta redação. (Os lindos gestos de caridade, 1937, p. 1)

O posicionamento dos grupos políticos aparece de modo mais explícito por ocasião da pressão sobre o poder legislativo e o poder executivo no sentido de

⁹ No próximo relatório merecerá nossa atenção a Sociedade de Medicina de Uberaba, criada em 1927, que realizava várias reuniões e palestras para discutir as questões da mendicância e da pobreza.

fornecer dispositivos que incentivassem a assistência. Destacamos a proposta de isenção de impostos de 1937. O Prefeito Municipal, através de um decreto lei, concedeu 50% de abatimento nos tributos devidos pelas casas de saúde da cidade. Tal medida, segundo o texto do decreto, foi motivada pelo fato de que as casas de saúde

prestam relevantes serviços ao povo de Uberaba, principalmente às classes desprovidas de fortuna; considerando que estas instituições são formadas pela coordenação e inversão de vultosos capitais de economia local, cujo rendimento não oferece vantagens compensadoras; considerando que contribuem com tais instituições um testemunho da iniciativa patriótica de consagrados e humanitários profissionais da ciência médica e técnica cirúrgica, à qual cumpre que os poderes públicos prestigiem e estimulem. (Uberaba, 1937, p. 1)

O extenso artigo sobre a Assistência publicado no dia da assistência (19/06) faz um importante resgate sobre a importância da caridade em Uberaba, *bataida de tantas* necessidades. Segundo o artigo, não poderíamos esperar que os poderes públicos se incumbissem de resolver o problema da assistência social uma vez que

o numerário destinado pelos departamentos oficiais às obras de benemerência, mesmo que fosse consideravelmente majorado através de novas taxas e tributações, seria insuficiente para atender aos reclamos crescentes das instituições destinadas a amparar a velhice desvalida, a tratar dos enfermos indigentes e a defender a infância abandonada. (Assistência, 1958, p. 1)

Nesta perspectiva, o agravamento da questão social é associado ao *espetáculo constrangedor do desfile de inúmeros pedintes*, à insuficiência das instituições existentes para o atendimento de todos os necessitados, à crise econômica que afligia todas instituições, ao atraso nas transferências das dotações orçamentárias. Deste modo, a conclusão do autor é que a sociedade deveria colaborar para o enfrentamento da pobreza:

Que se faça portanto qualquer coisa de concreto e efetivo para os que sofrem e precisam de auxílio, dando alguns pelo menos o seu supérfluo para as entidades que protegem os pobres!

Que se faça ao menos, o sacrifício de restringir os gastos inúteis, para que nossos irmãos menos afortunados possam ter uma alimentação melhor, medicamentos nas suas enfermidades e mais segurança. Não é pedir muito convenhamos. (Assistência, 1958, p. 1)

A intervenção e ação enérgica da polícia muitas vezes é proposta. Em artigo intitulado “A mendicância em Uberaba”, Odorico Costa, redator do Lavoura e Comércio, sugere que seja estabelecido um acordo entre prefeitura, a diretoria da Sociedade São Vicente de Paulo e a Polícia Militar para proteger os indigentes de Uberaba e retirá-los das ruas da cidade na sua diária peregrinação em procura de esmolas:

A diretoria da Sociedade de S. Vicente de Paulo e a Prefeitura celebram um acordo, mediante o qual a primeira ficaria em virtude do pagamento pontual das subvenções que, nos orçamentos, naqueles tempos, lhe eram consignadas com a obrigação de asilar todos os indigentes da cidade, dignos dessa providência e de fornecer assistência completa aos demais que pudessem ficar em casas de subúrbios. A polícia também entrou nessa combinação, ficando com o encargo de deter todos os pedintes encontrados nas ruas da cidade e de conduzi-los à presença da sociedade vicentina, para as necessárias providências. (A mendicância em Uberaba, 1937, p. 1)¹⁰

O Código de Posturas Municipais – Lei nº 4 de 1947 – contém informações importantes sobre o tratamento da Mendicância. O título IV – Seção II é intitulado *Da Mendicância*. Os artigos citados abaixo são bastante elucidativos:

Art. 76 – Só será tolerada a mendicância até que esteja satisfatoriamente resolvido o problema de assistência social no Município.

Art. 77 – Será considerado mendigo o indivíduo maior que provadamente necessitar de esmolar por não dispôr de recurso algum, não poder ganhar a vida pelo trabalho e não ter parentes com obrigação de prestar-lhe alimentos, nos termos da lei. (Uberaba. Câmara Municipal, 1947)

Como podemos perceber, o ponto de partida para o tratamento do “problema da mendicância” é a falta da assistência social. É curioso percebermos que a falta de uma política de atendimento indicada no momento de elaboração do Código de Posturas se manteve até meados da década de 1960, uma vez que nos artigos sobre a condição da mendicância em Uberaba encontramos queixas quanto à falta de política de assistência aos pobres e controle dos mendigos.

Ribeiro (1999) em artigo intitulado “Vadiagem” chama a atenção para o fato de que o termo vadio é bastante amplo:

Vadio é quem não trabalha. O uso do termo está muito relacionado ao espaço público. Podemos dizer que há um conceito legal e um conceito social. Aquele é mais restrito. No conceito social podemos dividi-lo em conceito social policial e não policial. Fala-se de vadiagem em relação às prostitutas, aos rufiões, aos malandros, aos criminosos. (Ribeiro, 1999, p. 5)

O autor lembra ainda que o estudo do tema da vadiagem relaciona-se diretamente à constituição de um mercado de trabalho. O vadio diferencia-se do desempregado por não aspirar ao trabalho regular e, neste sentido, “representam uma forma de questionamento à ordem vigente – de caráter liberal-burguês” (Ribeiro, 1999, p. 6).

¹⁰ Lavoura e Comércio – sexta-feira, 08 janeiro de 1937 – Pág. 01 “A mendicância em Uberaba”. Eram autoridades na época: Menelick de Carvalho- prefeito, Nilo Roseburg – delegado auxiliar de Uberaba. Como a série do jornal consultada está incompleta não conseguimos precisar se efetivamente tal acordo funcionou. Esta verificação deverá ser feita na consulta ao arquivo do próprio Jornal Lavoura e Comércio.

Segundo o Código de Posturas, a condição de mendigo só seria aceita para aqueles indivíduos que não pudessem trabalhar, que não fossem amparados por familiares e, segundo o artigo nº 80, aos naturais de Uberaba. Curioso notar que, embora não houvesse uma política de assistência, o Código propunha uma organização dos mendigos através de seu credenciamento junto à Prefeitura Municipal ou à Delegacia de Polícia:

Art. 78 – Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente, pela Prefeitura ou autoridade policial, aos que forem inscritos em livro próprio da municipalidade de delegacia policial. (...)

Art. 80 – Será encaminhado à autoridade policial todo indivíduo que for encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada. (Ribeiro, 1999, p. 6)

Tais elementos nos permitem afirmar que os edis estavam enganados quanto à falta de uma política de assistência social do município. Esta política existia mas era pautada por uma lógica privatista e policialesca calcada na idéia de controle policial sobre os pobres e vagabundos que transferia o atendimento para a sociedade. Deste modo, o enfrentamento da questão social ocorria através de instituições ou de ações individuais de membros ilustres da municipalidade que praticavam os “lindos gestos de caridade”.

Em última instância, esta lógica colaborou para a privatização da questão social e o enfraquecimento do espaço público local.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vezes nos esquecemos de que os abusos podem permanecer “desconhecidos” por longo tempo, até serem publicamente revelados, e que as pessoas podem ver a miséria e não percebê-la, até a própria miséria se rebelar.”

Edward Thompson

A análise dos artigos articulada à revisão bibliográfica sobre o tema revelou que a descrição dos “pobres” tinha como fundamento principal a aceitação dos valores característicos da sociedade capitalista e a demarcação do lugar social a ser ocupado pelo homem pobre e pelo vagabundo.

Neste contexto de individualização da questão social, a pobreza “exigiu” a diferenciação dos homens em: vadios, desempregados, criminosos, mendigos, inválidos e loucos, dentre os quais somente os *temporariamente visitados pelo infortúnio da má sorte*, os desempregados, deveriam ter acesso aos direitos. Os inválidos e loucos eram alvo da caridade; a família pobre seria alvo principal para a intervenção do Estado e das elites caso não se adequasse aos padrões de comportamento propugnados.

Verificamos a constituição de uma representação social do pobre calcada na moralidade do trabalho e na instalação do controle social. *Os mendigos e menores carentes* localizavam-se fora da esfera do trabalho disciplinado e, por isso, eram definidos como fonte de desagregação social. A rua e os outros espaços públicos foram descritos como ambiente insalubre e verdadeira "escola da marginalidade" para os menores que, desde cedo, conviviam com os vícios.

Por sua vez, o tipo de intervenção proposta variava de acordo com o público a ser assistido. No caso dos trabalhadores, a sociedade deveria mobilizar-se para suprir suas carências – com doações, almoços e criação de instituições de assistência. Para os "menores" pregava-se uma ação pedagógica enérgica capaz de curá-los dos vícios da rua e encaminhá-los para uma *vida digna*. Quanto aos mendigos, devido ao alto grau de ameaça que representavam, na maioria dos casos, propunha-se a ação vigilante da polícia.

De modo mais geral, podemos afirmar que as propostas de intervenção na questão social dividiam-se em dois tipos: *a caridade e o controle da "marginália"*. Em ambas o "pobre" era identificado como um sujeito que deveria ser enquadrado nos novos moldes de vida da urbe e que, se não "ajudado", poderia delinquir e ameaçar a saúde social. Houve também uma tentativa de instauração de um controle social e a legitimação da intervenção dos representantes do poder público e das elites sobre as camadas populares.

Quanto à cidade, o quadro da mendicância não combinava com a imagem do centro moderno e em "franco desenvolvimento". Alguma coisa está fora da ordem e, portanto, a profilaxia social se fazia necessária.

O estudo revelou ainda o tipo de assistência prestada aos pobres que esteve presente na criação dos primeiros cursos de Serviço Social. O atendimento dos pobres e o tratamento da pobreza revelaram-se instrumentos fundamentais para a reprodução de valores, de comportamentos, da força de trabalho e da manutenção da "ordem social".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Marcos C. Menoridade e delinquência: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores no Brasil. *Cadernos da FFC*, Marília-SP, v. 6, n. 2, p. 93-114, 1997.
- BARBOSA, Maria M. *História do curso de Serviço Social*. Disponível em: <<http://www.pucmg.br>>. Acesso em: 20 jan. 2001.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BILHARINHO, José Soares. *História da Medicina em Uberaba*. Uberaba: Arquivo Público, s.d. Vol. 3.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DECCA, Edgard de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- IANNI, Octávio. *A questão social*. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/edistancia/>>. Acesso em: 10 abr. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959. Vol. Municípios do Estado de Minas Gerais.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: 1994.
- LOCKE, John. *Tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, v. 2.
- MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MENDES, Elza H. S. *Uberaba e o fetiche do Zebu*. Uberaba: Uniube, 1999.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Rev. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-15, 1992.
- REZENDE, Eliane Mendonça Márquez. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba: Arquivo Público, 1991.
- RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. Vadiagem. *Revista Dataveni@ - Opinião Jurídica*, v. 4, n. 23, abr. 1999. Disponível em: <http://www.datavenia.net/opinio/vadiag.html>. Acesso em: 13 maio, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Mosaicos Movediços: histórias extraordinárias das cidades brasileiras*. In: —. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 48-66.
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. *S.L., s.d.*
- TELLES, Vera da Silva. *História versus natureza: o lugar da pobreza na sociedade brasileira*. In: —. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. 2 e 3.
- UBERABA (Câmara Municipal). *Código de Posturas Municipais. Lei nº 04 de 1947*. mimeo
- UBERABA (Município). *Câmara Municipal. O Poder Legislativo através do tempo*. Uberaba, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

Artigos Jornalísticos do *Jornal Lavoura e Comércio* (1937-1959)

- A MENDICÂNCIA EM UBERABA. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 08 jan. 1937, p. 1.
- ASILO DE SANTO ANTÔNIO. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 09 maio 1958, p.1.
- ASSISTÊNCIA. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 19 jul. 1958, p. 1.
- AUXILIEMOS O HOSPITAL DA CRIANÇA. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 19 mar. 1958, p.01.
- JARDIM, George C. *O problema criminal dos menores*. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 18 fev. 1937, p.1.
- OS LINDOS GESTOS DE CARIDADE. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 27 jan. 1937, p. 1

MENDICÂNCIA: problema que se agrava, dia a dia, em Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 24 jan. 1959, p. 1.

MENDICÂNCIA: um problema que se agrava em Uberaba, *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 15 set. 1958, p.1.

OS MENORES ABANDONADOS DE UBERABA. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 13 fev. 1937, p.1.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERABA: apelo aos médicos. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 09 jan. 1937, p.1.

O SENTIDO MATERIAL DE NOSSA CIVILIZAÇÃO. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 02 mar. 1937, p.1.

UBERABA. (Prefeitura Municipal). Decreto n. 716, 3 mar. 1937. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 04 mar. 1937, p. 1.

Abstract: *Between the 1940s and the 1960s, the city of Uberaba/MG passed through some significant changes in its urban site. In this article, the main concern was to identify the several looks on beggars and poor people and the intervention proposals and services to this part of population. The main sources of this study - the Municipal Posture Code and the local newspaper Lavoura e Comércio - were analysed from a bibliographic review round the positive value of work, the moral of the poor and the social control as founding elements of the capitalist urban site. The analysis was organised in three parts. In the first one, the positive value of work and the capitalist society constitution were recovered. In the second part, even though it was fair briefly, the importance of work on the Brazilian social issue discussion was pointed out. And at last, some faces of the social issue in Uberaba were studied again with special concern to the poverty social representation and the types of interventions proposed.*

Keywords: *social issue, poverty, social control, Uberaba.*